

O ACESSO À INFORMAÇÃO E OS SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

JOHANNA WILHELMINA SMIT

O ACESSO E A RECUPERAÇÃO

“Acesso” e “recuperação da informação” constituem dois termos interligados, ou relacionados, sendo que o primeiro é mais frequente na literatura arquivística do que o segundo. Trata-se, de fato, da nomeação de uma relação de causa e efeito: a partir dos documentos de arquivos, buscam-se - ou recuperam-se - documentos necessários ou desejados para ter acesso aos mesmos. O acesso constitui, portanto, consequência de um processo de busca, também chamado consulta e, quando executado por meio de um sistema informatizado, diz-se que a busca se deu através de um sistema de recuperação.

A seguir proporei algumas reflexões sobre os termos “acesso” e “recuperação” para, em seguida, discutir algumas variáveis intervenientes no processo. Cumpre destacar, no entanto, que a discussão que segue não distingue os documentos tradicionais (em suporte papel) de documentos digitais e que tampouco limita o acesso aos documentos em fase permanente. Por óbvio, um acesso eficiente aos documentos pressupõe que os mesmos se encontrem organizados.

O “acesso” é um direito e portanto “exige a disponibilidade de algo [...], exige regulamentação, como qualquer direito” (Heredia Herrera, 2011, p.37). O Arquivo Nacional assume que o acesso é “a função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (Arquivo Nacional, 2005, p.19). O acesso envolve aspectos intelectuais, aos quais voltarei a seguir, mas também aspectos legais, com ênfase na restrição de acesso em determinados casos, mas também o direito de acesso (como, por exemplo, disposto pelas diferentes leis de acesso à informação). Pode-se afirmar que a bibliografia do século 20, quando tratava do acesso à informação, também arrolava os entraves tecnológicos, mas este tema foi sendo silenciado, provavelmente tanto pelo fato que os usuários se tornaram mais acostumados à tecnologia como também pela maior customização da tecnologia, tornando seu uso mais intuitivo.

Em relação ao acesso a documentos de arquivo ainda vale o alerta dado pelo Conselho Internacional de Arquivos, quando este afirma que “o acesso aos arquivos do governo é essencial para uma sociedade informada” mas que “muitos arquivos privados guardam documentos institucionais e papéis pessoais que têm significativo valor para a história social, econômica, religiosa, comunitária e pessoal, bem como para a produção de conhecimento e apoio ao desenvolvimento” (Conselho Internacional de Arquivos, 2011, p.11). A discussão sobre o acesso aos documentos não pode ser restrita aos arquivos da administração pública muito embora, na prática, muitas vezes esta delimitação seja quase encarada como uma norma.

A “recuperação”, por sua vez, nos dicionários gerais de língua, é associada a problemas (recuperação da saúde, de uma empresa, nas provas escolares) mas, embora menos frequente nos glossários arquivísticos, neles perde a acepção negativa quando

associada à busca em sistemas automatizados e também como “processo que medeia entre a informação contida nos documentos e os usuários, e se desenvolve mediante instrumentos de descrição e seus auxiliares, que permitem escolher dentre todas as opções possíveis as relevantes para cada usuário e busca concreta” (Cruz Mundet, 2011, p.301-302).

A definição acima, próxima do conceito biblioteconômico (o “information retrieval”), aponta para uma questão ainda não muito presente na bibliografia arquivística, ou seja, a definição dos critérios para seleção dos documentos pertinentes a partir de um processo de recuperação. Supõe-se, nestes casos, a recuperação de múltiplos documentos a partir de uma busca, consequência tanto do modo de busca utilizado, em função dos recursos oferecidos pelo sistema, como também a intervenção de critérios particulares a cada usuário, em função de sua necessidade. Trata-se, portanto, da seleção dos resultados de uma recuperação de informação, que não deve nunca ser confundida com noções relacionadas à censura, mas identificada como uma etapa, necessariamente presente, no processo de recuperação da informação.

Em resumo, a recuperação da informação, para ter acesso aos documentos e respectivas informações, pode ser feita a partir de simples listas, instrumentos de pesquisa, bases de dados, etc., que, em seu conjunto, podem ser nomeados “sistemas de recuperação”, sendo que uns são muito mais elaborados e amigáveis do que outros.

O ACESSO COMO CONSEQUÊNCIA DA DESCRIÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

Se o acesso é consequência da recuperação, esta é consequência da adoção, pelo arquivo, de procedimentos de descrição e classificação¹ dos documentos. Se o acesso é um direito, o dever de tornar os documentos acessíveis cabe ao arquivo. De acordo com esta afirmação, a importância da adoção de procedimentos de descrição e classificação adequados fica bem caracterizada, tendo em vista o impacto que estes procedimentos têm sobre o acesso. Interessante notar que muitas vezes a discussão dos procedimentos de descrição e classificação é considerada um trabalho intelectual menos prestigiado, porque percebido como “técnico” (Oliveira, 2011), ao passo que o “acesso” é associado pela bibliografia a uma série de valores altamente positivos, como a transparência, a governança, a prestação de contas ou a democracia, sendo que uma (o acesso) é consequência da outra (adoção de procedimentos de descrição e classificação). Recorrendo a uma terminologia pouco elegante, pode-se dizer que a descrição e classificação dos documentos resultam no *input* no sistema de recuperação, ao passo que o acesso significa o *output* do sistema de recuperação.

Nunca deixarei de me espantar diante da facilidade com que se imagina que o *output* ocorra, como que num passe de mágica, a partir do *input*. As operações de descrição e classificação dos documentos, desenvolvidas pelo arquivo, resultariam forçosamente – este é o passe de mágica – numa boa recuperação. Mas um “bom” *input* não garante um “bom” *output*. Caso a relação entre os dois extremos (*input* e *output*) queira ser mais bem controlada, ou entendida, forçoso passa a ser se debruçar sobre os procedimentos de descrição e

¹ O termo “classificação”, neste texto, se refere à “sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam a distribuir os documentos de um arquivo” (Camargo, Bellotto, 1996, p.16), a não ser confundida com outra acepção do termo, relacionada à restrição de acesso aos documentos em decorrência de imposições legais ou questões de segurança.

classificação utilizados.

Esta análise da adequação dos procedimentos de descrição e de classificação enfrenta hoje dois desafios, a saber:

1. O acesso, cada vez mais frequente, através de uma rede de computadores, com acesso externo ao arquivo, o que rompe a relação direta entre o arquivista e o usuário, tornando difícil avaliar a satisfação do usuário ou mesmo melhor entender o que ele, de fato, procura;
2. A entrada em vigor das leis de acesso à informação², que não distinguem documentos correntes de permanentes, prevendo o direito de acesso a ambos, salvo as restrições previstas por lei (dados pessoais, sigilosos ou restritos).

O passe de mágica acima aludido ainda encerra duas questões que, ao que tudo indica, demandam maiores discussões e pesquisas:

1. Como nomear aquele para o qual o acesso aos documentos é organizado? A bibliografia denomina, com frequência, o usuário do arquivo permanente “pesquisador”, embora consensualmente a categoria daqueles que recorrem ao arquivo permanente seja mais ampla e menos definida. No entanto, o usuário do arquivo corrente é dificilmente nomeado: trata-se do administrador? Do agente público? Do cidadão? A inexistência de um termo, próprio da área, para designar seu “usuário” aponta para a necessidade imperiosa de pesquisas para estabelecer uma terminologia própria da área, condição *sine qua non* para conquistar visibilidade social. Na ausência de uma resposta melhor, proponho, provisoriamente, adotarmos a expressão “usuário do serviço arquivístico”, de modo a enfatizar que ele recebe o resultado de um serviço (ou seja, a descrição e organização dos documentos, através de sua classificação, além da preservação de sua autenticidade e conservação dos documentos) desenvolvido pelo arquivo e pelo qual o arquivo se responsabiliza;
2. Analisar a relação entre os documentos permanentes e a memória. Frequentemente afirma-se que os arquivos são detentores da memória institucional ou social, o que não corresponde aos objetivos do arquivo e tampouco à verdade dos fatos. Os documentos permanentes, desde que organizados, permitem desencadear uma variedade de processos de reconstrução da memória, eles não são “a” memória. Documentos bem organizados (de acordo com critérios de contextualização que serão logo mais abordados) podem funcionar como gatilhos da memória, possibilitando a reconstrução da compreensão de um passado, no presente, mas lembrando em quais contextos os documentos foram produzidos no passado. Menne-Haritz (2001, p.59) desenvolve este ponto com muita propriedade.

Voltemos à análise dos procedimentos de descrição e classificação dos documentos, ou seja, às condições a partir das quais o acesso aos documentos e à informação são tornados possíveis. Simplificando uma discussão bem mais complexa, proponho considerarmos que a descrição e a classificação geram metadados que identificam o documento.

² No caso do Brasil, Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

OS METADADOS PARA DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICO

Começo por uma afirmação que, ao que me parece, se faz necessária: o arquivista olha para o documento arquivístico de determinada maneira. Esta afirmação não insere uma crítica, mas a percepção de que o “olhar arquivístico” denota uma forma de olhar para os documentos, naturalizada pela prática arquivística, sendo que outras formas são possíveis. Este “olhar”, produto da teoria arquivística, atribui sentido a cada documento em função do conjunto maior ao qual ele pertence. De acordo com este “olhar”, o documento é produto de diferentes condições (Duranti, 1997):

1. Contexto jurídico-administrativo, ou seja, das normas externas que regem as instituições e a legislação pertinente às atividades institucionais;
2. A proveniência do documento, ou seja, a identificação do produtor em função do organograma, regimentos e regulamentos institucionais;
3. A normatização dos procedimentos internos à instituição;
4. O contexto tecnológico institucional, caso este afete a forma de produção dos documentos;
5. A identificação do “lugar” do documento no todo maior das atividades desenvolvidas pela instituição.

As quatro primeiras condições são externas ao documento, embora concorram para seu significado, ao passo que a quinta condição traduz uma parte essencial do documento, sua razão de ser, ao identificar a atividade por ele viabilizada e, portanto, permitir sua inclusão no todo maior ao qual ele pertence. O cumprimento desta condição é viabilizado através de um plano de classificação funcional: ou seja, através da identificação do “vínculo arquivístico” (Duranti, 1997). Distinguem-se desta maneira, o significado de cada documento do sentido que o mesmo carrega em relação ao todo maior. Esta atribuição de sentido se faz através da localização do documento no todo maior (função/atividade), ou seja, através de sua classificação de acordo com o disposto por um plano de classificação. Para exemplificar a distinção entre significado e sentido, proponho associar o significado à ideia de nota musical e o sentido à ideia de música. Cada documento de arquivo corresponde, nesta comparação, a uma nota musical. O conjunto articulado (organizado, portanto) de notas musicais compõe a música-arquivo.

A expressão “vínculo arquivístico” refere “à rede de relacionamentos que cada documento tem com os documentos que pertencem à mesma agregação” (Duranti, 1997). Este vínculo se origina na produção do documento, é necessário (ou seja, todo documento, para ser arquivístico, incorpora este vínculo) e é determinado, porque identifica a função/atividade à qual o documento é associado. Ao relacionar o documento à atividade da qual participa, explicita-se o vínculo arquivístico.

O “olhar” arquivístico resulta, portanto, em metadados, que descrevem e identificam o documento, situando-o no contexto maior ao qual pertence, recorrendo à identificação dos contextos externos e interno do documento.

O QUE, DE FATO, É RECUPERADO OU ACESSADO?

A resposta simples “documentos que contêm informação” enfatiza a recuperação e o acesso aos documentos pelo seu significado. De fato, a recuperação pelo significado do

documento aproxima a discussão do uso feito de documentos permanentes, quando os mesmos são prioritariamente recuperados pelo seu valor secundário. No entanto, de acordo com o “olhar arquivístico”, o documento somente adquire sentido quando inserido no todo maior do qual participa. Dito de outro modo, os contextos originais dentro dos quais o documento foi produzido (valor primário) não podem ser silenciados quando acessados, quer se trate de documentos em fase corrente ou permanente. Qualquer que seja a fase – corrente ou permanente – a informação sobre os contextos de produção do documento, inclusive seu “vínculo arquivístico” (classificação) deve sempre acompanhar a lista de documentos recuperados para eventual acesso. Esta é a razão da descrição multinível, ou seja, a preservação das informações contextuais que atribuem sentido ao documento, além de seu significado, quando a descrição desce ao nível da unidade, ou do item. Em resumo, o arquivo deve fornecer acesso aos documentos acompanhados da respectiva informação de seus contextos interno (a classificação) e externo.

De acordo com Menne-Haritz (2001) uma “boa” descrição não garante uma “boa” recuperação de documentos, o que torna imprescindível introduzir uma discussão acerca da comunicabilidade da descrição elaborada pelo arquivo. Se o usuário não conseguir entender a descrição e seus critérios, o acesso é prejudicado pois o processo de busca será feito de forma aleatória, não controlada. Se a busca é feita de forma aleatória, seu resultado não pode ser avaliado.

Apontamos, neste ponto, para uma questão igualmente naturalizada pela prática arquivística, mas que demanda uma reflexão: os metadados que descrevem os documentos (contexto externos mais classificação) devem ser compreensíveis ao usuário, lembrando que a comunicação envolve questões de linguagem.

No entanto, um parêntese se impõe quando se indaga se o usuário consegue entender a informação que o arquivo lhe transmite, pois de qual informação se trata?

- A informação contida nos documentos, cuja compreensão dependerá do repertório de cada usuário e não pode ser controlado pelo arquivo;
- A informação produzida pelo arquivo, ao nomear séries, fundos, titulares, atividades, funções, etc. – esta informação é produzida pelo arquivo e de sua responsabilidade: se o acesso é um direito, o dever do arquivo reside em boa parte nesta questão;
- Em alguns casos, a informação produzida pelo arquivo para retratar o histórico do órgão acumulador.

Conforme dito acima, a compreensão da informação contida nos documentos escapa ao arquivo, mas a informação gerada pelo arquivo, ao descrever e classificar os documentos, emana de sua responsabilidade. Caso o arquivo produza uma informação sobre o histórico do titular do arquivo, esta informação é igualmente de sua responsabilidade e ambas (itens 2) e 3) acima) devem ser compreensíveis por parte dos usuários.

Enfatizando, portanto, as condições de acesso aos documentos, deve-se considerar que a adoção de normas para a descrição de documentos, por mais pertinentes que sejam, garante consistência no *input* mas não garante a comunicabilidade do *output*. Para encerrar a argumentação, recorro mais uma vez a Menne-Haritz (2001, p. 62), quando ela afirma que “o uso dos arquivos é a única razão de sua existência”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O arquivo deve disponibilizar a informação contextualizada dos documentos, produto da descrição e classificação;
- Esta informação é enunciada e transmitida através da linguagem;
- A informação, presente nos documentos, devidamente contextualizada, pode funcionar como um gatilho para a reconstrução do processo: neste caso o arquivo tanto disponibiliza a informação estática (o documento com seu significado) quanto a informação dinâmica (o processo e as condições que levaram à produção do documento, seu sentido);
- A preservação do potencial informacional original dos documentos pressupõe a preservação de seu contexto original, a partir do qual o usuário o interpretará de acordo com seus objetivos, seguro da autenticidade dos documentos, alicerçada pelo arquivo;
- Cabe ao arquivo escolher entre duas divindades: Janus, deus romano com duas faces, sendo que uma olha para o passado (descrição + classificação) e a outra para o futuro (o acesso pelo usuário), sem que haja conexão entre as duas faces, ou Seshat, deusa da sabedoria na mitologia egípcia, que escreve, senhora da casa dos registros, controla a passagem do tempo e os fatos da vida do faraó. Seshat coloca-se a serviço de um usuário que confia em seu serviço e o valoriza.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. Dicionário de terminologia a arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de Boas Práticas e Normas; Grupo de Trabalho sobre Acesso. Princípios de acesso aos arquivos. 2011. Disponível em: <http://www.ica.org/13619/toolkits-guides-manual-and-guidelines/principles-of-access-to-archives.htm>. Acesso em: 2 jul. 2014.
- CRUZ MUNDET, J. R. Diccionario de archivística. Madrid: Alianza Editorial, 2011.
- DURANTI, L. The archival bond. Archives and Museum Informatics, vol.11, n.3, p.213-218, 1997.
- HEREDIA HERRERA, A. Lenguaje y vocabulário archivísticos: algo más que um dicionário. Sevilla: Junta de Andalucía – Consejería de Cultura, 2011.
- MENNE-HARITZ, A. Access – the reformulation of an archival paradigm. Archival Science, vol. 1, p.57-82, 2001.
- OLIVEIRA, L. M. V. de. Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais. São Paulo, 2011. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.